



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2025 Relatório na íntegra disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais>

Aviso: 1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir estão resumidas e não devem ser consideradas, isoladamente, para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas, auditadas e elaboradas na forma da

legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://www.estadao.com.br>
- <https://www.imprensaoficial.com.br>
- <https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/>

Senhores Acionistas,

A CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese dos principais resultados alcançados em 2025, acompanhada do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Auditor Independente.

A CETESB é o órgão técnico do Estado vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), integra o Sistema Estadual de Meio Ambiente e atua na execução das políticas públicas ambientais estaduais, exercendo funções de regulação, licenciamento, fiscalização, monitoramento, atendimento a emergências, gestão de áreas contaminadas e suporte técnico ao ordenamento territorial. Conta com 1.711 colaboradores, incluindo 58 novas admissões em 2025, totalizando 297 ingressos desde 2023.

Sua missão é "promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável", guiada por princípios de ética, legalidade, transparência, eficiência e responsabilidade.

Apoia diretamente a redução de riscos ambientais, a proteção da qualidade do ar, água, solo e biodiversidade, o fortalecimento da segurança hídrica e a prestação de serviços públicos essenciais que embasam decisões estratégicas do Estado.

Como ativo institucional, destaca-se sua ampla base técnico-científica, incluindo um dos maiores conjuntos de dados ambientais do país, reconhecida em 2024 com o título de Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo (ICTESP) e com a operação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Como Escola de Governo voltada à capacitação técnica em temas ambientais estratégicas, contempla cursos internos para aperfeiçoamento técnico dos empregados, capacitação de servidores públicos e profissionais do setor privado e pós-graduação lato sensu, por meio da Escola Superior da CETESB. Em 2025 foram realizados 195 cursos internos e externos, totalizando 5.220 capacitações.

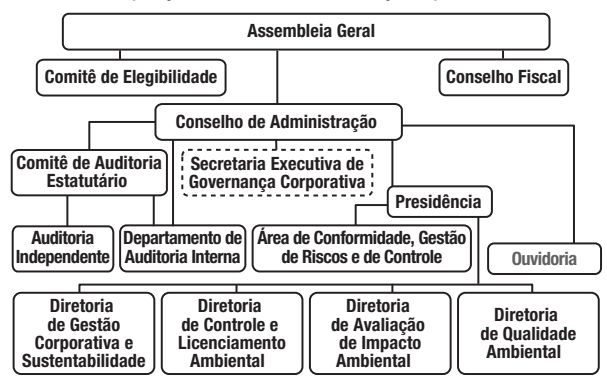
A circulação do conhecimento também se materializa por meio de cooperações técnicas que promovem integração e articulação com instituições nacionais e organismos internacionais, como a realizada com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e a parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A atuação como Centro Regional das Nações Unidas para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), desde 2009, reforça seu papel como referência técnica para a América Latina e o Caribe, com responsabilidade na capacitação e transferência de tecnologia a países signatários de tratados multilaterais.

Apoia a gestão de fundos ambientais estaduais, por meio da elaboração de diagnósticos, monitoramentos especializados e estudos técnicos que orientam a aplicação de recursos públicos em projetos estruturantes.

Governança Corporativa

A CETESB mantém estrutura de governança alinhada às Leis nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, ao Decreto nº 62.349/2016 e às melhores práticas, com decisões colegiadas, segregação de funções e controles internos independentes.

Estrutura e Composição do Sistema de Governança Corporativa



Estrutura de Governança: Assembleia Geral - instância máxima, **Conselho de Administração (CA)** - 11 membros, sendo 3 independentes e 4 mulheres; inclui representante dos empregados, **Conselho Fiscal (CF)** - 10 membros (1 mulher), **Diretoria Colegiada** - 5 diretores com mandato unificado (3 mulheres).

Comitês: Auditoria Estatutária, Elegibilidade, Ética, além da Ouvidoria, Auditoria Interna, Conformidade e Gestão de Riscos e Secretaria Executiva de Governança.

Avaliação dos Administradores - Processo conduzido conforme Deliberação CODEC nº 2/2024, com resultado da nota média do CA de 3,52 de 4 ("supera expectativas") e a nota da Diretoria Colegiada: 3,56 de 4 ("supera expectativas").

Remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e membros de comitês - estabelecida na Deliberação CODEC nº 03/2025.

Integridade, Ética e Compliance: Código de Conduta Ética e de Integridade aplicável a todos os empregados e dirigentes. Treinamentos obrigatórios: 85,6% do corpo funcional capacitado; fornecedores e parceiros: 100% orientados em políticas anticorrupção. Manutenção de políticas institucionais de Divulgação de informações e porta-vozes, de Privacidade, de Segurança da informação, de Transação com

partes relacionadas e de Gestão de riscos e controles internos.

Canal de denúncias integrado ao Fala.SP/Gov.br: 23 denúncias recebidas, 73,9% resolvidas.

Gestão de Riscos: Matriz de riscos corporativos (estratégicos, operacionais, financeiros, integridade, conformidade, reputacionais, segurança da informação). Modelo das Três Linhas. Política de Gestão de Riscos e Controles Internos aprovada em 2024.

Estratégia corporativa: O planejamento estratégico da gestão 2023-2026 contempla 4 perspectivas: Resultados para a sociedade, Processos e governança, Pessoas e capacitação e Financeiro. Elaboração do Plano de Negócios a partir de 5 eixos: Inserção da sustentabilidade no negócio, Atendimento ao cliente, Integração e modernização de sistemas, Captação de recursos e parcerias e Desenvolvimento e valorização do corpo funcional, com atendimento de 83% das metas estabelecidas. No âmbito da gestão 2023-2026, foram estruturados 11 projetos institucionais que atuam de forma integrada sobre diferentes dimensões e fortalecem o atingimento das metas estabelecidas. São eles: Monitora Tietê, De olho na recuperação, Licença + município legal, Cetesb informa, Cetesb do futuro, Cuidar de quem cuida, Valorize, Repense, Foco no impacto, Mapfauna e Jurídico + perto.

Sustentabilidade: A sustentabilidade passou a compor a estratégia corporativa da CETESB como tema transversal e estruturante, com avanços institucionais, técnicos e operacionais ao longo de 2025, com a criação do Comitê de Sustentabilidade e aprovação da Política de Sustentabilidade. Desenvolvido o modelo integrado de indicadores, combinando Global Reporting Initiative (GRI) e indicadores próprios. Fortalecimento da matriz de materialidade. Conta com o Plano Corporativo de Sustentabilidade, que orienta objetivos e linhas de ação priorizadas para 2025-2029.

Adaptação Climática: Conclusão do Plano de Adaptação Climática da CETESB, com medidas voltadas à proteção da infraestrutura e continuidade operacional, bem-estar e segurança das equipes e preparação institucional para riscos climáticos crescentes.

Gestão Ambiental da Operação: usina fotovoltaica (100 MWh/mês, atendendo 20-30% da demanda da sede); frota própria: 92% flex, com priorização do etanol; modernização hídrica e sistemas de captação pluvial e atualização do inventário de emissões de GEE com pesquisa de deslocamento casa-trabalho.

Principais Atividades

Em 2025, a Companhia fortaleceu seus serviços finalísticos, ampliando eficiência regulatória, modernizando sistemas e expandindo monitoramentos.

Licenciamento Ambiental de Fontes de Poluição: 20.153 licenças emitidas, estoque de processos anteriores a 2023 reduzido de 1.200 para 36 (-96%) - mais eficiência regulatória e previsibilidade para investimentos públicos e privados. Implementação do novo Memorial de Caracterização do Empreendimento (MCE), 70 municípios capacitados do programa Licença + Município Legal (34 em 2025), com apoio direto, fortalecendo a gestão ambiental local e descentralizando o licenciamento de impacto municipal.

Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental (AIA): 145 licenças com AIA emitidas e R\$ 54 milhões em compensações ambientais, assegurando desenvolvimento com controle técnico e responsabilidade socioambiental.

Compensações e Termos de Compensação de Recuperação de Área (TCRA): 797 áreas acompanhadas para restauração/recuperação em 2025, totalizando mais de 2.500 desde 2023 via TCRA, assegurando rastreabilidade das obrigações e avanço na reparação ambiental. Mais de R\$ 1 milhão investidos em parceria com a FAPESP para plataforma automatizada de monitoramento via satélite, aumentando padronização e eficiência na verificação dos compromissos ambientais.

Fiscalização Ambiental: 33.658 inspeções realizadas em 2025, para apuração de denúncias e verificação da conformidade ambiental de empreendimentos licenciáveis, prevenindo danos ambientais, corrigindo práticas irregulares e contribuindo para a proteção da qualidade do ar, da água e do solo; 114 mil veículos fiscalizados na Operação Inverno, intensificando o controle em períodos em que as condições do ar favorecem a concentração de poluentes e induzindo a correção de irregularidades que elevam as emissões, com foco na proteção da saúde da população. Atuação coordenada no âmbito do Grupo de Fiscalização Integrada das Águas do Rio Tietê (GFI - Tietê), com intensificação de fiscalizações em fontes licenciadas e Estações de Tratamento de Efluentes diante dos episódios de mortandade de peixes, incluindo inspeções técnicas, coleta e análise laboratorial de aproximadamente 600 amostras, consolidação dos resultados e aplicação de 76 penalidades, totalizando cerca de R\$ 9,4 milhões em multas. Fiscalização de emissões atmosféricas de origem veicular: 7.176 autuações por emissão excessiva de fumaça preta.

Monitoramento Ambiental

Qualidade do Ar: 84 estações (62 automáticas + 22 manuais) e 2,4 milhões de dados válidos produzidos, assegurando base técnica robusta para subsidiar políticas públicas de controle da poluição atmosférica. **Qualidade das Águas:** 1.244 pontos de monitoramento, 21 estações automáticas (novas: Barra Bonita e Promissão), garantindo dados contínuos para a população e para a gestão ambiental do Estado. Inclusão de novos parâmetros: micropilásticos, PFAS, glifosato, AMPA. **Laboratórios:** 400 mil análises realizadas a partir de 20 mil amostras ambientais e mais de 1.200 parâmetros analíticos acreditados; 5 novos métodos validados, incluindo protocolo para micropilásticos. Lançamento do Relatório Dinâmico de Qualidade das Praias, ampliando transparência e acesso público aos dados de balneariedade.

Gerenciamento de Áreas Contaminadas: Das 7.342 áreas cadastradas, 77,3% estão sem riscos para o uso declarado ou com uma solução para redução desses riscos aprovada e em implementação. As áreas cuja contaminação está em fase de investigação e os riscos permanecem acima dos níveis aceitáveis representam

22,8% do total. Atualização do Manual de Áreas Contaminadas.

Resíduos Sólidos: atuação abrangendo a regulação, o acompanhamento técnico e a fiscalização das etapas de geração, tratamento e destinação final, além da verificação do cumprimento das obrigações de responsabilidade pós-consumo, em consonância com a política estadual. Atua na análise técnica de Planos de Logística Reversa, Relatórios de Avaliação de Resultados e instrumentos previstos na regulação estadual. Operação do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (SIGOR), incluindo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e o módulo de logística reversa. No tema fiscalização de aterros sanitários e demais instalações de destinação final, as ações incluem vistorias, análises documentais e verificação do atendimento às condicionantes ambientais, com foco na prevenção de impactos ao solo, às águas subterrâneas e ao entorno das áreas de disposição. Destaca-se o relatório anual do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado de São Paulo, por meio do qual a CETESB organiza e sistematiza os dados sobre a geração e a destinação dos resíduos sólidos de todos os municípios do estado de São Paulo.

Atendimento a Emergências: 299 emergências químicas atendidas, com atuação técnica para avaliação dos impactos, indicação de medidas emergenciais e acompanhamento das providências necessárias, visando conter a propagação da contaminação e minimizar riscos ao ar, à água, ao solo e à população. Expansão do uso de ferramentas geoespaciais.

Homologação de Veículos Novos: como agente técnico conveniado do Ibama, no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) e Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (Promot), realizou 1.132 homologações e 1.191 ensaios laboratoriais.

Modernização Tecnológica e Dados: Investimento superior a R\$ 1 milhão (FAPESP) em plataforma de monitoramento via satélite; 28 drones adquiridos e 200 profissionais capacitados (80 pilotos certificados). Acervo digital de imagens aéreas. Digitalização de formulários e painéis analíticos. Estruturação do Escritório GEO e avanço no Geoportal e-Cenários. Houve avanços na promoção da inovação por meio da elaboração de instrumentos normativos e da consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Entre os projetos analisados pelo NIT, em 2025, destacam-se a cooperação com o Instituto Pasteur (França/USP), voltada ao rastreamento epidemiológico por meio de amostras de esgoto e capacitação técnica, e a cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para implantação de monitoramento da qualidade da água por sensoriamento remoto.

Captação de Recursos: Contratos FEHIDRO: R\$ 5,17 milhões. Execução de projetos FEHIDRO: R\$ 14,1 milhões. FEPRAC/FEPOP: R\$ 39,3 milhões (87 contratos).

Desenvolvimento e Valorização do Corpo Funcional: Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS) aprovado pela Diretoria Colegiada e CA. Implantação do Plano Individual de Desenvolvimento (PID) em andamento; R\$ 2,2 milhões investidos em capacitação. Agenda de saúde mental: pesquisa ampliada, sala de psicoterapia, workshops, ações de prevenção. Diversidade: 45,59% mulheres; 36% de representação feminina no CA; ações afirmativas do concurso 2024.

EXTRATO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Administração

Conselho de Administração - Presidente: Jônatas Souza da Trindade; Conselheiros: Cláudio Carvalho de Lima (membro independente), Gustavo Carvalho Tápia de Lira, João Ricardo Pereira da Costa (membro independente e coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário), Kelly Lopes Lemes, Luiz Antônio Ferraro Júnior (membro independente), Marisa Maia de Barros, Rodrigo Levkovicz, Rose Mirian Hofmann, Simone Patrícia da Silva (membro representante dos empregados), Thomaz Miazaki de Toledo (membro na qualidade de Diretor-Presidente).

Comitê de Auditoria Estatutário - Coordenador: João Ricardo Pereira da Costa; Membros: Afonso Antonio Hennel, Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto, Marcelo Cardona Sobral.

Diretoria Colegiada - Diretor-Presidente: Thomaz Miazaki de Toledo; Diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade: Liv Nakashima Costa; Diretora de Qualidade Ambiental: Maria Helena Ribeiro de Barros Martins; Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental: Mayla Matsuzaki Fukushima; Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental: Paulo Guilherme Rigonatti.

Conselho Fiscal - Guilherme Muraro Derrite, Marcos Gerhardt Lindenmayer, Michel Minerbo, Roberto Antonio Diniz, Tzung Shei Eu.

BALANÇOS PATRIMONIAIS RESUMIDOS					
Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais)					
	31.12.2024		31.12.2025		
	31.12.2025	Reclassificado	31.12.2025	Reclassificado	31.12.2024
Ativo					
Circulante	152.123	167.782	159.644	133.546	
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios	95.118	125.601	12.964	7.074	
Clientes e Outras Contas a Receber	31.165	32.333	74.192	69.802	
Outros Ativos Circulantes	7.077	6.840	34.629	32.785	
Adiantamentos a Fornecedores	17.371	540	7.384	4.094	
Impostos a Recuperar	216	1.391	30.475	19.791	
Estoques	1.176	1.077	118.989	126.038	
Não Circulante	172.568	190.704			
Realizável a Longo Prazo	29.171	33.895	3.276	4.519	
Depósitos Judiciais	10.566	12.874	12.566	27.938	
Clientes e Outras Contas a Receber	8.625	11.713	34.645	33.871	
Antecipação de Dividendos	7.133	7.133	68.502	59.710	
Impostos a Recuperar	2.847	2.175	170.377	170.377	
Imobilizado	142.571	155.706			
Intangível	826	1.103	(1)	(1)	
Total	324.691	358.486	324.691	358.486	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - RESUMIDO			
Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais)			
	31.12.2025		31.12.2024
	31.12.2025	Reclassificado	31.12.2024
Receitas Líquidas	627.230		653.643
Custo dos Serviços E Produtos			
Vendidos e Subvencionados	(476.923)		(487.646)
Lucro Bruto	150.307		165.997
Despesas/Receitas Operacionais			
Despesas Administrativas	(207.399)		(198.547)
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	8.760		26.616
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(6.314)		50.538
	(204.953)		(121.393)
Resultado Operacional Antes dos Encargos Financeiros	(54.646)		44.604
Encargos Financeiros Líquidos	1.775		(3.086)
Prejuízo/Lucro Antes da Contribuição Social	(52.871)		41.518
Contribuição Social			
Prejuízo/Lucro do Período	(52.871)		41.518
Prejuízo/Lucro por Lote de Mil Ações de Capital	(R\$ 9,31)		R\$ 7,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais)							
	Reserva de Lucros				Lucros ou Prejuízos Acumulados		
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	170.377	(1)				18.998	(132.018)
Realização das Reservas de Reavaliação						(284)	(284)
Diferimento da tributação sobre Reservas Resultado do Exercício						312	312
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	170.377	(1)				18.714	(90.188)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	170.377	(1)				18.714	(90.188)
Realização das Reservas de Reavaliação						(284)	(284)
Diferimento da tributação sobre Reservas Resultado Exercícios Anteriores						311	311
Resultado do Exercício						(52.871)	(52.871)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	170.377	(1)				18.430	(142.748)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais)			
	31.12.2025		31.12.2024
	31.12.2025	Reclassificado	31.12.2024
Prejuízo/Lucro do Exercício	(52.871)		41.518
Realização das reservas de reavaliação		(284)	(284)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação		311	312
Resultados de exercícios anteriores			
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(52.844)		41.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA RESUMIDOS Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024 Reclassificado
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	(52.871)	41.518
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(12.874)	(16.610)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	—	—
Capital Circulante Líquido	(30.483)	55.260
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	125.601	70.341
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	95.118	125.601
Varição líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	(30.483)	55.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais)

	Acumulado 01.01.2025 a 31.12.2025	Acumulado 01.01.2024 a 31.12.2024 Reclassificado
1 - Receitas	657.090	745.471
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	104.831	61.392
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	552.259	684.079
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	22.053	20.030
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	530.206	664.049
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	32.684	21.191
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	562.890	685.240
8 - Distribuição do Valor Adicionado	562.890	685.240
8.1) Remuneração Direta	459.773	491.725
8.2) Impostos, taxas e contribuições	132.960	129.443
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	23.028	22.554
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(52.871)	41.518
8.4.3 - Prejuízo/Lucro retidos/Prejuízo do exercício	(52.871)	41.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Notas Explicativas Resumidas

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas Resumidas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31/12/2025.

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício

a) Mudança no Plano de Saúde

A partir de 01 de março de 2025, o Plano de Assistência Médico e Hospitalar - PAMH, autogerido pela Companhia, foi substituído pelo Plano de Saúde Coletivo no padrão enfermaria, na modalidade coletiva empresarial, contributivo e de pré-pagamento mensal com coparticipação em exames simples e consultas, com todas as coberturas e especialidades previstas no rol de procedimentos vigentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A Unimed Seguros é a operadora do novo benefício saúde ofertado. Com essa alteração a Companhia pretende estabilizar as despesas com assistência médica.

b) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 27 de fevereiro de 2026 e 13 de março de 2026, respectivamente.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

- Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IA S 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB). Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento; Atividades de investimento referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão. Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no exercício de 2025 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliou os ativos em consonância à NBC TG 01 (R4) - Norma Brasileira de Contabilidade - Redução ao valor recuperável de ativos e o método utilizado foi o Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. O parecer foi emitido em 15 de abril de 2024 constatando que a Companhia não apresenta indicio de perda do valor recuperável dos ativos, dispensando, assim, a necessidade de constituição de provisão por estimativa de perda de valor recuperável. Além disso, não foi identificado indicação de que algum Ativo ou grupo de Ativos da CETESB possa ter sofrido desvalorização em função de sua vida útil.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de

prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

d) Normas e interpretações novas e revisadas

Até 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins.

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da Companhia, como, por exemplo, suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são descaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

d) Imobilizado

Até 31 de dezembro de 2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício.

f) Provisão para Férias, Licença-Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença-prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2025.

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL

Natureza da transação	31.12.2025				31.12.2024			
	Receita	Custos/desp.	Ressarc. despesa	Total	Receita	Custos/desp.	Ressarc. despesa	Total
Cessão de empregados	—	16.740	—	16.740	—	22.871	—	22.871
Benefícios a empregados	—	1.955	—	1.955	—	2.016	—	2.016
Telefone	—	511	—	511	—	244	—	244
Aprop. Depreciação	—	245	—	245	—	181	—	181
Energia Elétrica	—	476	—	476	—	268	—	268
Água/Esgoto	—	321	—	321	—	152	—	152
IPTU	—	—	—	—	—	6	—	6
Serv. Terceiros	—	1.726	—	1.726	—	1.036	—	1.036
Total	—	21.974	—	21.974	—	26.774	—	26.774

Natureza da transação	31.12.2025				31.12.2024			
	Receita	Custos/desp.	Ressarc. despesa	Total	Receita	Custos/desp.	Ressarc. despesa	Total
Cessão de empregados	—	936	—	936	—	941	—	941
Benef. a empregados	—	41	—	41	—	251	—	251
Telefone	—	204	—	204	—	98	—	98
Aprop. Depreciação	—	98	—	98	—	72	—	72
Energia Elétrica	—	190	—	190	—	107	—	107
Água/Esgoto	—	128	—	128	—	61	—	61
IPTU	—	—	—	—	—	3	—	3
Serv. Terceiros	—	690	—	690	—	414	—	414
Total	—	2.287	—	2.287	—	1.947	—	1.947

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2025, a CETESB possuía 46 empregados afastados à SEMIL e 02 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica "Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R\$ 18.695 e R\$ 977 respectivamente. No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica "Recuperação de Despesas - Afastamento de Empregados", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R\$ 402 e (R\$ 269 em 31/12/2024).

d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 23,72% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, teve uma base de cálculo negativa de (R\$ 17.859), ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender às suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pela Deliberação nº 1, de 15/03/2024, com vigência a partir de 11 de fevereiro de 2023, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2024.

b) Transações com Entidades Estaduais

I) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 467 e R\$ 126 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica "Serviços Prestados Partes Relacionadas" no grupo "Despesas Gerais e Administrativas":

Empresas	31.12.2025	31.12.2024
PRODESP	304	96
SABESP	163	30
Total	467	126

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou nos exercícios de 2025 e 2024 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 6.544 e R\$ 21.869, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de cursos, serviços e produtos.

Empresas	31.12.2025	31.12.2024
SABESP	6.298	20.893
METRO	98	178
DER	81	44
IPT	32	4
CPTM	21	1
CDHU	6	—
SEC SAÚDE	5	8
EMAE	3	343
CESP	—	1
DAEE	—	55
DOCAS SÃO SEBASTIÃO	—	4
USP	—	4
EMTU	—	329
SEMIL	—	5
Total	6.544	21.869

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021. No demonstrativo abaixo estão detalhadas as despesas referentes aos exercícios de 2025 e 2024.

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL	—	Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto	—	Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Campinas	Prefeitura	2008	12/11/2030
Capão Bonito	Secret. Agricultura e Abastecimento	2024	Indeterminado
Dracena	SEMIL	—	Indeterminado



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025

→ continuação

5. Mudança de Prática Contábil

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a CETESB classificava os valores referentes as multas inscritas na Dívida Ativa vencidas há mais de um ano como Ativo Não Circulante e as multas a vencer com perspectivas de recebimento até um ano no Ativo Circulante. No decorrer do exercício de 2025, a Auditoria Externa informou que esta prática não estava de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Diante disso a Companhia, para atender integralmente ao CPC 26, fez a reclassificação do total das multas inscritas na Dívida Ativa que estavam contabilizadas no longo prazo, no total de R\$ 24.605 para o curto prazo e de todos os títulos de parcelamento que se encontravam nessa situação. Segue demonstrativo abaixo, para permitir a comparabilidade e esclarecer que a referida mudança não alterou os saldos do Ativo da Companhia. Por outro lado, o valor de R\$ 1.234 correspondente ao pagamento por estimativa da Contribuição Social sobre o Lucro líquido do exercício de 2024. Esse valor foi pago a título de antecipação mensal da contribuição. No entanto, a CSSL anual, apurou uma base negativa daquele tributo no exercício de 2024. Assim, esse valor de fato representa uma antecipação, ao qual foi reclassificada a referida provisão indevida. Os efeitos da mudança foram reconhecidos de forma retroativa, conforme exigido pelo CPC 23, resultando nos seguintes impactos nas demonstrações contábeis:

Balço Patrimonial	31.12.2024		
	original	ajustes	Reclassificado
Ativo	143.177	24.605	167.782
Circulante			
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios	118.036	-	118.036
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados	7.565	-	7.565
Cientes e Outras Contas a Receber	816	-	816
Adiantamentos a Empregados	4.076	-	4.076
Adiantamentos a Fornecedores	540	-	540
Impostos a Recuperar	1.391	-	1.391
Parcelamentos a Receber	5.961	-	5.961
Valores a Receber - Dívida Ativa	951	24.605	25.556
Estoques	1.077	-	1.077
Despesas Exercício Seguinte	2.764	-	2.764
Não Circulante	215.309	(24.605)	190.704
Realizável a Longo Prazo	58.500	(24.605)	33.895
Depósitos Judiciais	12.874	-	12.874
Adiantamentos a Empregados	431	-	431
Parcelamentos a Receber	11.282	-	11.282
Antecipação de Dividendos	7.133	-	7.133
Valores a Receber - Dívida Ativa	24.605	(24.605)	-
Impostos a Recuperar	2.175	-	2.175
Imobilizado	155.698	-	155.698
Investimento	8	-	8
Intangível	1.103	-	1.103
Total	358.486	-	358.486
Balço Patrimonial Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2024
	original	ajustes	Reclassificado
Circulante	134.780	(1.234)	133.546
Fornecedores	7.074	-	7.074
Salários e Remunerações a Pagar	69.802	-	69.802
Impostos e Contribuições a Recolher	32.785	-	32.785
Adiantamentos de Convênios	3.458	-	3.458
Adiantamentos de Clientes	533	-	533
Outras Contas a Pagar	103	-	103
Provisão para Contingências	19.791	-	19.791
Provisão para Contribuição Social	1.234	(1.234)	-
Não Circulante	126.038	-	126.038
Impostos Reservas de Reavaliação	413	-	413
Impostos e Contribuições a Recolher	27.938	-	27.938
Adiantamentos de Convênios	4.106	-	4.106
Provisão para Contingências	33.871	-	33.871
Provisão para Contrib. Prev.	59.710	-	59.710
Patrimônio Líquido	97.668	1.234	98.902
Capital Social	170.377	-	170.377
Ações em Tesouraria (-)	(1)	-	(1)
Reservas de Reavaliação	18.714	-	18.714
Prejuízos Acumulados	(91.422)	1.234	(90.188)
Total	358.486	358.486	358.486
DRE	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2024
	original	ajustes	Reclassificado
Receita de Serviços e Vendas	680.404	-	680.404
Subvenção de Custeio	129.056	-	129.056
Exercício do Poder de Polícia Delegado:			
Licenciamento	401.463	-	401.463
Multas Ambientais	106.138	-	106.138
Taxa de Fiscalização Ambiental	27.208	-	27.208
Venda de Serviços e Produtos	16.539	-	16.539
Deduções	(26.761)	-	(26.761)
Total Receitas Líquidas	653.643	-	653.643
Custo dos Serviços e Produtos			
Vendidos e Subvencionados	(487.646)	-	(487.646)
Lucro Bruto	165.997	-	165.997

Despesas/Receitas Operacionais	31.12.2024		
	original	ajustes	Reclassificado
Despesas Administrativas	(198.547)	-	(198.547)
Despesas/Reversão de Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	26.616	-	26.616
Outras Despesas e Receitas Operacionais	50.538	-	50.538
	(121.393)	-	(121.393)
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros	44.604	-	44.604
Encargos Financeiros Líquidos	(3.086)	-	(3.086)
Prejuízo/Lucro antes da Contribuição Social	41.518	-	41.518
Contribuição Social	(1.234)	1.234	-
Prejuízo/Lucro do Período	40.284	-	40.284
Prejuízo/Lucro por Lote de Mil Ações de Capital	7,09	-	7,31
Demonstração do Fluxo de Caixa	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2024
	original	ajustes	Reclassificado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	40.284	-	41.518
Prejuízo/Lucro do Período Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão/Reversão Contingências Trabalhistas/Cíveis	(44.704)	-	(44.704)
Provisão para Contribuições Fiscais	1.061	-	1.061
Provisão para Contribuições Previdenciárias	(21.729)	-	(21.729)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	(26.385)	-	(26.385)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	1.643	-	1.643
Provisão PPR - Progr. Partic.Resultados	(762)	-	(762)
Provisão Plano de Carreira	(661)	-	(661)
Provisão para Programa de Demissão Voluntária	51	-	51
Provisão Férias/13º Salário/ Licença Premio	(692)	-	(692)
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	1.164	-	1.164
Depreciação do Imobilizado	19.208	-	19.208
Ajuste Depreciação Fiscal	-	-	-
Baixas de Depreciação	(3.831)	-	(3.831)
Amortização do Intangível	822	-	822
Realização Reserva de Reavaliação	28	-	28
Saldo transferência entre contas	143	-	143
Ajustes Imobilizações em andamento	(3.886)	-	(3.886)
Baixas no Ativo Imobilizado	3.986	-	3.986
Subtotal	(34.260)	-	(33.026)
Varições no Ativo Circulante e Não Circulante			
Clientes e Outras Contas a Receber	(162)	-	(162)
Adiantamentos a Empregados	3.585	-	3.585
Adiantamentos a Fornecedores	2.029	-	2.029
Impostos a Recuperar	(1.523)	(1.234)	(2.757)
Parcelamentos a Receber	1.131	-	1.131
Valores a Receber - Dívida Ativa	27.636	-	27.636
Estoques	(215)	-	(215)
Despesas Exercício Seguinte	803	-	803
Depósitos Restituíveis	42.249	-	42.249
Subtotal	75.533	-	74.299
Varições no Passivo Circulante e Não Circulante			
Fornecedores	(4.722)	-	(4.722)
Salários e Remunerações a Pagar	(87)	-	(87)
Impostos e Contribuições a Recolher	37.130	-	37.130
Adiantamentos de Convênios	(256)	-	(256)
Adiantamentos de Clientes	308	-	308
Outras Contas a Pagar	(74)	-	(74)
Impostos Reservas de Reavaliação	(28)	-	(28)
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	(1.674)	-	(1.674)
Subtotal	30.597	-	30.597
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	71.870	-	71.870
Atividades de Investimento			
Aquisição de Intangível	-	-	-
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(16.610)	-	(16.610)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(16.610)	-	(16.610)
Atividades de Financiamento			
Recursos destinados a Aumento de Capital	-	-	-
Bens recebidos em Doação	-	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	-	-
Capital Circulante Líquido	55.260	-	55.260
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	70.341	-	70.341
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	125.601	-	125.601
Varição líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	55.260	-	55.260

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Reservas de Reavaliação				Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	de Reavaliação	ou Prejuízos Acumulados		
Original						
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	170.377	(1)	18.998	(132.018)	57.356	
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	(284)	-	(284)	
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	312	312	
Resultado do Exercício	-	-	-	40.284	40.284	
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	170.377	(1)	18.714	(91.422)	97.668	
Reclassificado						
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	170.377	(1)	18.998	(132.018)	57.356	
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	(284)	-	(284)	
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	312	312	
Resultado do Exercício	-	-	-	41.518	41.518	
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	170.377	(1)	18.714	(90.188)	98.902	
Demonstração do Resultado Abrangente						
Prejuízo/Lucro do Exercício						
Realização das reservas de reavaliação				(284)	(284)	
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação				312	312	
Resultados de exercícios anteriores				-	-	
Total do Resultado Abrangente do Exercício				40.312	41.546	
Demonstração do Valor Adicionado						
1 - Receitas	745.471				745.471	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	16.535				16.535	
1.2) Outras receitas	657.745				657.745	
1.2.1) Subvenção de Custeio	129.056				129.056	
1.2.1) Licenciamento	395.342				395.342	
1.2.2) Multas Ambientais	106.138				106.138	
1.2.3) Taxa de Fiscalização Ambiental	27.209				27.209	
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversões	26.616				26.616	
1.4) Contingências Cíveis e Outras Provisões - Reversões	44.575				44.575	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	61.392				61.392	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	35.437				35.437	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	15.363				15.363	
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	-				-	
2.4) Outras (Viagens/Seguros e outros)	10.592				10.592	
2.5) Contingências Cíveis e Outras Provisões	-				-	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	684.079				684.079	
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	20.030				20.030	
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	664.049				664.049	
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	21.191				21.191	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-				-	
6.2) Receitas financeiras	15.224				15.224	
6.3) Outras	5.967				5.967	
6.3.1) Convênios	3.508				3.508	
6.3.2) Créditos e Estornos	2.459				2.459	
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5-6)	685.240				685.240	
8 - Distribuição do Valor Adicionado	685.240				685.240	
8.1) Remuneração Direta	491.725				491.725	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	129.443				129.443	
8.2.1 - Federais	130.120	(1.234)			128.886	
8.2.2 - Estaduais	1				1	
8.2.3 - Municipais	556				556	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	22.554				22.554	
8.3.1 - Juros	-				-	
8.3.2 - Aluguéis	4.246				4.246	
8.3.3 - Outras	18.308				18.308	
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	41.518				41.518	
8.4.1 - Juros sobre o Capital Próprio	-				-	
8.4.2 - Dividendos	-				-	
8.4.3 - Lucros retidos/Prejuízo do exercício	40.284	1.234			41.518	
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos	-				-	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE - Presidente
 Conselheiros:
THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
ROSE MIRIAN HOFMANN
KELLY LOPES LEMES
MARISA MAIA DE BARROS
RODRIGO LEVKOVICZ
GUSTAVO CARVALHO TÁPIA DE LIRA

Conselheira Representante dos Empregados:
SIMONE PATRÍCIA DA SILVA
 Conselheiros Independentes:
JÓÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA
CLÁUDIO CARVALHO DE LIMA
LUIZ ANTÔNIO FERRARO JÚNIOR